

Uterodrama

Reflorestando o corpo-território

Laura de Souza Zingra Vomero



EDITORA
ÁGORA

UTERODRAMA

Reflorestando o corpo-território

Copyright © 2025 by Laura de Souza Zingra Vomero
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial Ltda.

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**

Edição: **Janaína Marcoantonio**

Revisão: **César Carvalho**

Capa: **Alberto Mateus**

Ilustrações da capa e do miolo: **Patrícia Peccin Carvalho**

Projeto gráfico: **Crayon Editorial**

Diagramação: **Pablo Moronta**

Editora Ágora

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 — 7º andar

05006-000 — São Paulo — SP

Fone: (11) 3872-3322

<http://www.editoraagora.com.br>

e-mail: agora@editoraagora.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Sumário

Prefácio	11
<i>Maria da Penha Nery</i>	
Parindo palavras	21
Parte 1. Útero: uma ficção da narrativa ocidental	29
Pré-História e o mistério da criação: corpos que sangram	31
Idade Antiga: a corrupção das corpos sensíveis	38
Idade Média: o sagrado é um corpo não binário que dança na virada epistemológica	41
Idade Moderna e antiatualidade: devir profano como potência de vida	57
Parte 2. Psicodrama outro	89
Território de criações anticoloniais	91
Por uma menstruação política e ecológica	97
Quem pode menstruar?	109
Conserva colonial: criação em disputa	115
Coincidente colonizado: dispositivo para a manutenção do pacto narcísico da branquitude	125
Brasil: uma invenção colonial	131
Reflorestar o psicodrama	136
Uterodrama: rumo ao reenatamento e à alegria das corpos	143

Parte 3. Caleidoscópio vivo	171
Alfazema: “É como se eu fosse o cerrado”	173
(sessões presenciais e <i>online</i>)	
Gerânio: “Sou o útero do Gerânio”	204
(sessão <i>online</i>)	
Acácia: “União... casa... trabalho... medo...”	211
(sessão presencial)	
Lótus: “Eu pareço ser ruim, mas não sou”	218
(sessão presencial)	
Margarida: “Eu preciso sangrar”	225
(sessão <i>online</i>)	
Jasmim: “Acho que agora eu não sirvo para mais nada”	234
(sessão presencial)	
Fluxos menstruais outros	245
Posfácio	268
<i>Maria Célia Malaquias</i>	

Prefácio

Estamos diante de um livro desobediente: um ato de resistência que recria e des-re-territorializa nossos corpos. Um holofote recai sobre o útero e a menstruação, interligando questões de gênero, sexualidade, transfeminismo, antirracismo e relações de poder.

Laura de Souza Zingra Vomero nos apresenta histórias seculares de violência contra nossas existências, que se reproduzem na área clínica, e traça um percurso metodológico e teórico — o uterodrama — para liberar a criatividade e a espontaneidade.

Por meio de extensa pesquisa, a autora revela que você, útero, desde a Antiguidade na narrativa ocidental, foi reduzido a uma função meramente reprodutiva, associado a doenças ginecológicas e representado como símbolo de monstruosidade e pecado; e que você, menstruação, também foi tratada como um fenômeno a ser medicalizado, carregado de significados negativos, como impureza ou inadequação, que nos impõem vergonha, medos, baixa autoestima, desigualdade social e de gênero, perda de direitos e autodestruição.

Ainda hoje, esses discursos patologizantes e ações destrutivas, oriundos de instituições religiosas, médicas, jurídicas e filosóficas comandadas por homens brancos cisgênero, nos subjugam e moldam nossos comportamentos para que nos conformemos, sem questionar, às normas coloniais hegemônicas (Shail e Howie, 2005).

Mas, historicamente, como conseguimos fazer diferente?

Muitas lutas nos ajudaram. E milhares de pessoas, nesses confrontos, sofreram violências ainda mais brutais e tiveram sua vida ceifada. Foram dores e sangue derramados para que corpos que sangram pudessem se tornar dignamente vivíveis.

Laura nos traz os estudos de gênero feministas e transfeministas — um movimento essencial para a inclusão das pautas trans e de pessoas sexo-gênero dissidentes —, da comunidade LGBTQIA+, do movimento negro e de todas as pessoas que desejam um mundo justo e equitativo.

A luta feminista ganhou visibilidade a partir do final do século XIX e passou por diversas fases ou ondas processuais. Hoje, existem múltiplos feminismos, que se apoiam na complexidade das questões de gênero, sexualidade, classe e raça. Entre eles, destacam-se o feminismo marxista-socialista, o ecofeminismo, o transfeminismo, o feminismo queer, o feminismo decolonial, o interseccional, o negro e o popular (Carvalho, 2021; Lugones, 2014).

Desde 2010, o feminismo alcançou um patamar global, com pautas contemporâneas que incluem o feminismo digital e o ativismo na virtualidade, a luta contra a misoginia *online*, contra *deepfake* e pornografia de vingança, além do combate à violência de gênero e sexual.

Os protestos #MeToo (2017) expuseram casos de assédio e abuso sexual em todo o mundo; o #NiUnaMenos (2015, Argentina) mobilizou protestos contra abusos e feminicídios na América Latina; o #EleNão (2018, Brasil) promoveu uma grande manifestação feminista contra políticos de discurso machista; e o #EndPeriodPoverty for-

talece campanhas de distribuição gratuita de absorventes em países como Brasil, Reino Unido e Índia. Esses movimentos transformam a raiva e a indignação diante das injustiças em força para agir, protestar e garantir direitos.

E o movimento transfeminista tem reivindicado fortemente, entre tantas pautas, o reconhecimento da identidade de gênero, o acesso à saúde trans inclusiva e o combate à transfobia, além da ampliação da visibilidade e da representatividade (Simpson, 2015).

Os estudos críticos de gênero questionam a centralidade do útero e da biologia na definição do que é “ser mulher” e “ser feminista”. Algumas das principais representantes desse pensamento são Simone de Beauvoir (2009) — que, em 1949, defendeu que “não se nasce mulher, torna-se” —, Judith Butler (2018) e Paul B. Preciado (2020), que destacam que gênero é performativo, ou seja, uma construção socio-histórico-cultural, e avançam na crítica à sociedade cis-heterotecnológica.

O feminismo negro amplia as perspectivas sobre essas realidades, com autoras como Angela Davis (2016), que intersecciona gênero, raça e classe; Grada Kilomba (2019), que analisa como o racismo se manifesta no cotidiano; Lélia Gonzalez (1982), que, com o conceito de amefricanidade, liga feminismo e identidade afro-latina; e bell hooks (2018), que nos presenteia com a importância de o feminismo ser para todos.

Na esteira das ações que nos libertam, observamos críticas contemporâneas às visões cis, eurocêntricas, patriarcais e misóginas de Freud. Horney (1991), por exemplo, embora tenha iluminado a psicanálise com a inclusão de fatores socioculturais na subjetividade, ainda sustentou uma crítica baseada no binarismo de gênero ao propor o conceito de “inveja do útero” como contraponto à ideia de Freud sobre a “inveja do pênis”. Para a autora, a subjetividade masculina se compõe do sentimento de inferioridade em relação às mulheres devido à sua capacidade de gerar e nutrir a vida.

Breuer e Freud (2016), ainda, romperam com a explicação médica da época de que a histeria era uma doença de origem neurológica e fisiológica, associada ao útero, e a relacionaram a traumas psicológicos inconscientes e desejos reprimidos.

No século XX, o feminismo, o transfeminismo e a psiquiatria contemporânea criticaram o viés cis-heterocolonial da psicanálise freudiana, que perpetuava a noção de histeria como uma doença exclusivamente feminina. Na década de 1980, o termo foi abolido da classificação médica, e seus sintomas foram redistribuídos entre diferentes transtornos mentais, como os transtornos pós-traumáticos, de ansiedade, somatoformes e dissociativos (Mello, 2024). No entanto, o estigma persiste, deslegitimando e silenciando as mulheres ao expressarem suas emoções.

Alguns movimentos sociais — e alguns parlamentares, principalmente mulheres — trazem a pauta da “pobreza menstrual”, que marca a busca ao acesso a produtos menstruais básicos para mulheres e pessoas que menstruam. Destacam a educação menstrual e sexual como fundamentais para a saúde física e mental, pois melhoram a autoestima, a igualdade social e o desempenho escolar de adolescentes e adultes.

Nesses confrontos, todas as artes se tornam uma imensa tropa. Na cinematográfica, destaco os documentários *Period. End of Sentence (Absorvendo o tabu)*, de 2018, dirigido por Rayka Zehtabchi e produzido por Melissa Berton, que traz cenas chocantes relacionadas ao preconceito e à desinformação sobre a menstruação na Índia; e *Mundo Útero* (Brasil, 2023), dirigido por Andressa Paz e Silva e Mayara Floss, que apresenta a invisibilidade e as dores das mulheres nas áreas rurais.

O debate sensível sobre o direito ao próprio corpo, quando as protagonistas querem abortar em diferentes países, está presente, por exemplo, em *Lingui, the sacred bonds* (França/Alemanha, 2021, do diretor Mahamat-Saleh Haroun), cuja história se passa em Chade;

Levante (Brasil, 2023), da diretora Lillah Halla; e *Nunca raramente às vezes sempre* (Estados Unidos, 2020), da diretora Eliza Hittman.

A representatividade do elenco trans, com suas histórias e seus desafios, é forte no documentário *Paris is burning* (Estados Unidos, 1990), da diretora Jennie Livingston, e nas séries *Manhãs de setembro* (Brasil, 2021), dirigida por Luís Pinheiro e Dainara Toffoli, e *Pose* (Estados Unidos, 2018-2021), criada por Ryan Murphy, Brad Falchuk e Steven Canals.

Há, ainda, diversas produções ficcionais ou baseadas em fatos que retratam a violência contra as mulheres, as angústias de suas experiências sexuais ou suas conquistas. Destaco o filme *How to have sex* (Reino Unido, 2023), da diretora Molly Manning Walker; a série *The handmaid's tale* (*O conto da Aia*), de 2017, criada por Bruce Miller, e o franco-britânico *As sufragistas* (*Suffragettes*, 2015), realizado por Sarah Gavron.

É nesse campo de batalhas sociopolíticas, artísticas e acadêmicas que Laura, na área da saúde mental, demonstra como o sofrimento se multiplica para pessoas negras, transgênero, indígenas e sexo-gênero dissidentes.

E, com alegria — que nos foi milenarmente roubada —, a autora cria o uterodrama, teoria e método socionômico que transforma o útero e/ou os ovários em palco psicodramático, numa realidade suplementar, em que a/o protagonista vivencia seus dramas e ressignifica suas dores. Também, tecnicamente, dentre várias possibilidades psicodramáticas, o útero pode se tornar um personagem e, no confronto com outros da vida da/o protagonista, trabalham-se as conservas coloniais que desencorajam nossa espontaneidade-criatividade.

Em seus estudos, a autora mergulha com amorosidade no desvio, tornando o uterodrama um rebento de uma micropolítica que arrebatava a esperança e os direitos de corpos historicamente marginalizados. Assim ela enriquece, com potência transformadora, a ciência e a prática socionômicas.

Laura também nos alerta sobre os movimentos neofascistas contemporâneos que ainda nos enxergam como bruxas a serem queimadas, e nos convida a romper com diagnósticos e práticas que reproduzem estigmas e exclusões. Perdura no livro a pergunta: “Como os diagnósticos micro e macrorrelacionais sobre LGBTfobia e racismo são realizados por psicodramatistas?” — e, eu acrescento, por todos os profissionais da saúde?

Nós mesmas, psicoterapeutas, corremos o risco de naturalizar violências e reproduzi-las nas relações, por meio dos conteúdos coinconscientes e cotransferenciais. Afinal, nas palavras de Laura: “O desconhecimento sobre o próprio corpo frequentemente alimenta medo e ansiedade. Vale cismar: ‘É normal ter receio de uma parte do meu corpo que ainda não conheço bem?’”

Quando buscamos ampliar o pensamento crítico e o autocohecimento, o processo cotransferencial tende mais fortemente para a cocriação.

É nesse sentido que Laura se conjuga com a prática de psicodramatistas como Maria Célia Malaquias (2023), Érico Vieira (2025), Daniel Russell Oliveira (2025), Mariana Leão e Pettra da Silva (2025), Mariana Tornelli Cunha (2023) e autores do livro *Sexualidades, corpos e poder* (2024), que tentam continuar o legado de Moreno de incluir os socialmente excluídos e realizar a utopia de terapia para a humanidade.

A pesquisa aponta que os sofrimentos relacionados à região uterina — como hemorragia, cólicas, disfunção menstrual, menopausa, aborto, frigidez, medo do ato sexual, desejo/ansiedade/medo de engravidar, tratamentos de fertilização, síndrome dos ovários policísticos e endometriose — refletem uma matriz sociocultural ancestral, e que o uterodrama é um caminho viável para a promoção da saúde das pessoas com útero.

Em seu estudo, Laura deu aos protagonistas belos nomes de flores. Nesse momento, reitero que somos flores em um jardim, jun-

to com Jasmim, Margarida, Lótus, Acácia, Gerânio e Alfazema. Que constantemente reflorêsçamos no reencantamento de si e do outro. Com eles, dizemos: sim, servimos para muita coisa; sim, sangramos com dignidade; sim, temos valor; sim, podemos optar por não sangrar; sim, podemos tirar o útero: sim, somos criadoras/es/os de nossas corpas!

Brasília, fevereiro de 2025.

MARIA DA PENHA NERY *

* Seguidora perseverante da jornada em psicodrama desde final dos anos 1980. Busca aprendizado contínuo, principalmente com os neófitos (como Laura). É psicoterapeuta, doutora em Psicologia, aprecia pesquisar e publica livros e artigos na área.



Parindo palavras

Sou uma criadora que expressa, expulsa, que vomita de dentro do seu ser, do seu ventre, do seu útero, do seu ovário, as mais diversas formas vivas, tornando vidas em forma de arte [...].

Eli Heil, *Vomitando sentimentos*

Parir, no sentido (des)figurado, pode ser compreendido como “expelir algo de dentro de si”. E o que seriam estas linhas senão meu próprio corpo em seu processo de expulsão, decomposição e reenchantamento? São palavras tingidas de vermelho-aquarela — quando as águas cor de seiva do drageiro, oriundas da descamação de realidades outras, encontram-se com as águas salgadas de um vasto corpo oceânico.

São infinitas linhas-cordões-umbilicais que costuram sentenças e orações. Ora um julgamento — que nos rasga o ventre —, condenando-nos à eternidade de doenças ou à imposição da mulheridade;

ora o sagrado envaidecido pelo círculo cisgênero (sobretudo branco), que invisibiliza corpos desviantes da ditadura binária, ficcional e assassina de gênero.

Como um emaranhado de linhas, formado por fluxos livres e descontínuos, a imagem-palavra, aqui pintada, (des)tecida e picotada, revela a não forma, o não linear. Assim, entre sentenças e orações, somos a multiplicidade da antífrase, uma espécie de linguagem fúngica e vegetal distinta da hegemônica. Ramificadas/es/os como micélios, conectamo-nos por sonhos, nutrientes, intuições e fantasias, sustentando, por isso, a terra com crimes e impiedades ao excedermos os limites do impossível. Nessa linha de destruição em massa de sentenças e orações, rumo a realidades outras, potencializamos as criações inimagináveis da anticorpa, do útero e da menstruação.

Não há nada de originalidade ou de sagrado, até pelo reconhecimento de que os círculos do sagrado feminino muitas vezes navegam dentro de caravelas epistêmicas.¹ É sobre carne, ossos, órgãos, líquidos, fluxos, reencantamento e desejos; sobre a revolução e a excomunhão das corpos. Portanto, nessa desventura, aproximamo-nos mais do profano, metamorfoseando nossas águas escarlate em consagrados des-sacramentais.

Como diria o pedagogo Luiz Rufino (2019), a virada linguística é vital para a constituição da crítica à colonialidade, o que pode ser entendido como a dobra na palavra performada pelos diversos saberes praticados em território amefricano e abya-yala. A narrativa inventora desse único mundo, com o advento da modernidade ocidental, produz a presença de algumas histórias em detrimento de outras, que são relegadas ao esquecimento. Lembremos que a história, como um ofício de tecer narrativas, investe fortemente no esquecimento. Nessa estrada de ilusões, é na perspectiva da produ-

1. O conceito de “caravela epistêmica” critica o gesto colonialista de se apropriar de saberes ancestrais e apresentá-los como novidades, apagando suas origens culturais (Geni Núñez, 2023).